



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2014

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30/04/2014

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- Ponto um – Aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 26.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regimento da Assembleia Municipal de Mira. -----

----- Ponto dois – Emissão de declaração de interesse municipal relativamente ao pavilhão gimnodesportivo, sito em Largo da Feira, Portomar, propriedade do Clube Domus Nostra, para efeitos de isenção de imposto municipal sobre imóveis, prevista na alínea i) do n.º 1, do artigo 44.º, do Estatuto de Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, na redação dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. -----

----- Ponto três – Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2013 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2013 e a respetiva avaliação. -----

----- Ponto quatro – Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª revisão orçamental e 1.ª revisão às GOP's – Ano de 2014. -----

----- Ponto cinco – Aprovação de acordos de execução de delegação de competências, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, em articulação com o artigo 133.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ponto seis – Opção de venda da participação no capital social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S. A., no âmbito do processo de privatização da EGF.-----

----- Ponto sete – Tomada de conhecimento e de posição relativamente ao Relatório da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, em articulação com a alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes na sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez e Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé.-----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Prof.ª Zélia Domingues Moraes, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Pedro Jorge Moraes Laranjeiro, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----FALTAS -----

-----Verificou-se a falta do Sr. Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho.-----

-----HORA DE ABERTURA -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A reunião teve início às dezassete horas e cinquenta minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**-----

-----A ata n.º 1, de 13 de fevereiro de 2014, submetida a votação, foi **aprovada por unanimidade**, com uma correção solicitada pelo Sr. Pedro Nunes. -----

-----Na página 3, onde se lia:-----

-----“Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que concordou com a intervenção anterior e acrescentou que tinha havido uma pequena falha de comunicação o que levou a que não tivesse sido feita uma análise conveniente da proposta de alteração do Regimento. Face ao exposto, solicitou que o primeiro ponto da ordem do dia fosse retirado para posterior análise.”-----

-----Devia ler-se:-----

-----“Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que concordou com a intervenção anterior e acrescentou que tinha havido uma pequena falha de comunicação o que levou a que não tivesse sido feita uma análise conveniente da proposta de alteração do Regimento. Face ao exposto, sugeriu que o primeiro ponto da ordem do dia fosse retirado para posterior análise.”-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que, a propósito das eleições para o Parlamento Europeu, informou que era necessário designar um representante de cada grupo político para integrar a Comissão não Permanente de Seleção dos Agentes Eleitorais, tendo entregue uma cópia do despacho do Sr. Presidente da Câmara a cada um dos líderes dos grupos municipais.-----

-----Deu ainda conhecimento a todos os presentes de um pedido de esclarecimentos dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, na sequência de uma queixa feita por terceiros, apresentada no Tribunal Administrativo e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fiscal de Coimbra, bem como da respetiva resposta daquele Tribunal tendo sido distribuída uma cópia dos referidos documentos a cada líder dos grupos municipais.-----

-----Mais os Membros da Assembleia Municipal foram informados de que estavam em falta algumas fotografias, com vista à atualização de informação no site da Câmara Municipal de Mira.-----

-----De seguida deu a palavra ao Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que se reportou à realização de sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, tendo lido o seguinte texto que se transcreve na íntegra: -----

-----*“A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Mira considera que a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal podia constituir uma mais-valia para o conhecimento, debate e propostas de solução para os problemas das freguesias do concelho.*-----

-----*É fundamental continuarmos a pugnar por uma maior participação política dos cidadãos e por uma maior proximidade dos órgãos eleitos às populações, pelo que vem propor a realização de Assembleias Municipais descentralizadas. Realçar que esta proposta não envolve a realização de Assembleias extraordinárias, prevendo que as sessões descentralizadas sejam incluídas nas reuniões ordinárias anuais obrigatórias por lei.* -----

-----*Mais se propõe que a primeira Assembleia descentralizada se realize na Freguesia do Seixo.*-----

-----*O grupo do PSD.”*-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que se tratava apenas de uma proposta, pelo que não teria que ser votada e que seria posteriormente analisada.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que começou por dizer que naquela Assembleia tinham já passado muitos pedidos de isenções de impostos, tendo dado como exemplo o da “Pescanova”. No mesmo sentido disse que a empresa “*EtnicWorld – Derivados de Madeira, S.A.*”, empresa Belga a laborar no espaço da antiga “*Transmitir*”, só para obter licença de utilização, tinha pago um valor na ordem dos 60.000,00€ (sessenta mil euros). Mais considerou que se tratava de um valor muito elevado e que deviam ser dados alguns benefícios a empresas estrangeiras que se sediavam no concelho, à semelhança do que tinha sido praticado com a “Pescanova”.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que começou por referir a distinção de duas praias no concelho com a Bandeira Azul.-----

-----Ao Executivo solicitou esclarecimentos quanto à manutenção do Tribunal de Mira e à Repartição de Finanças. -----

-----Interveio a Sr.ª Prof.ª **Zélia Morais** (PS) que leu o seguinte texto que se transcreve na íntegra: -----

-----“O elevado nível de pluviosidade que assolou o nosso País e a nossa Região, incluindo o Concelho de Mira, nossa terra, contribuiu, pela sua persistência e intensidade, para o elevado grau de degradação ambiental e rodoviária que se constata por toda a freguesia de Mira, que aqui em particular me importa referir.-----

-----Os Munícipes aproveitam as relações pessoais que têm para, por intermédio dos seus representantes eleitos, lhes fazer chegar as suas preocupações mais imediatas, como sejam o estado das rodovias que servem os locais onde habitam ou os espaços públicos ou particulares seus vizinhos, que possam eventualmente pôr em causa a segurança das pessoas e bens ou mesmo e só o próprio ambiente circundante.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foram-me apresentados “reparos” entre aspas, do estado calamitoso da Rua da Central, na Valeirinha, que liga a rua principal que atravessa a povoação, no sentido oeste/leste e que vai entroncar, fazendo uma rotação de quase 180º, com a Rua do Matadouro, passando por várias habitações, terras de cultivo e uma empresa comercial de produtos cerâmicos. -----

-----Também me foi pedido que instasse, nesta Assembleia, o Órgão Executivo relativamente ao estado do pavimento da Rua Nova do Salão, agora muito mais frequentada devido ao posicionamento geográfico do Intermarché, centro comercial muito procurado pelas suas valências económicas. Nesta Rua, para além do pavimento degradado, há também uma componente ambiental de gosto duvidoso, que consiste na existência de prédios agrícolas incultos, alguns com silvas e mato, outros com vegetação de regeneração espontânea que chega à estrada, impede a visibilidade e infesta as valetas, as quais ficam obstruídas e estagnam os esgotos que vão escorrendo a céu aberto de algumas das moradias ali existentes. -----

-----Estando a chegar mais uma época de muitas visitas ao nosso concelho, quer de turistas, quer dos conterrâneos emigrados, que sempre vão trazendo amigos de onde vêm, é urgente que o Executivo tome nota e faça o que estiver ao seu alcance para minimizar ou erradicar de vez estas situações.” -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que leu o seguinte texto que se transcreve na íntegra: -----

-----“25 de Abril – Quarenta anos depois -----

-----No passado dia 25 a Câmara entendeu, e muito bem, comemorar solenemente os quarenta anos da Revolução que devolveram a Liberdade a Portugal. Convidou entidades e individualidades para a cerimónia e o Salão Nobre encheu-se. -----

-----De entre os convidados, destaque para o representante da Associação 25 de Abril, que era portador duma mensagem, como fez questão de frisar, da referido associação e que leu aos presentes antes de explicar alguns



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pormenores e acções desenvolvidas na noite de 24 para 25 de Abril de 1974, pelo MFA. -----

-----Permitam-me, antes de continuar, dizer-vos que nessa altura eu era Furriel Miliciano na Figueira da Foz e contava já com vinte e três meses de serviço militar obrigatório, (acabaria por sair em janeiro de 1975) vivi – pois – a Revolução um pouco de perto e o quartel em que eu prestava serviço, acabaria por integrar a força que tomou o Forte de Peniche.-----

-----Os Capitães de Abril eram militares profissionais, oriundos da academia. Estavam cansados da Guerra Colonial, tal como o Povo Português, planearam o 25 de Abril mas não o executaram sozinhos, ao seu lado estiveram Soldados, Sargentos e Oficiais Milicianos e o Povo – só assim foi possível!-----

-----A Associação 25 de Abril deixou uma mensagem neste Salão, pelo seu representante, deixando claro o seu descontentamento atual contra quem nos governa. É de todos conhecida a sua posição. -----

-----Quero apenas, e estou quase a terminar, frisar que ela [associação] não foi sujeita ao voto secreto nas urnas pelo Povo Português, não podendo, pois, querer ser dona do 25 de Abril. -----

-----O 25 de Abril é pertença dos Soldados, Sargentos e Oficiais que o planearam e levaram a cabo mas é acima de tudo pertença dos Portugueses e Portuguesas de Portugal.-----

-----Que os nossos filhos e netos nunca se esqueçam disto!-----

-----Viva o 25 de Abril! -----

-----Viva Mira! -----

-----Viva Portugal! -----

-----Pedro Nunes – Deputado do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal -----

-----Mira, 30 de Abril de 2014”-----

*-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que mencionou um artigo publicado no “Diário das Beiras”, escrito pelo Sr. Prof. Doutor Fernando*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regateiro, que ia ao encontro das palavras do Sr. Pedro Nunes. Mais disse, que não tinham sido só os soldados que tinham feito o 25 de Abril, nem de Portugal o país que era naquele momento, mas tinham sido todos juntamente com o Povo, com todos os sacrifícios. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Sr. Gabriel Pinho, começou por dizer que tinha feito uma visita à referida empresa, durante a qual o responsável da mesma lhe tinha dado conhecimento da situação, tendo sido informado de que o Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira, datado de 30 de setembro de 2009, não previa aquela situação, pelo que teria que ser alterado. No entanto, acrescentou que não poderia ter sido dada qualquer isenção, uma vez que não tinha sido apresentado nenhum pedido naquele sentido. -----

-----Em relação à “*Pescanova*”, disse que tinha sido dada uma isenção relativamente ao IMI, precisamente, porque o referido regulamento não previa outra situação. -----

-----Quanto ao Tribunal, disse que tinha sido publicada, em março, a lei que previa que o Tribunal de Mira passasse a Secção de Proximidade, situação em relação à qual o Executivo estava contra, posição partilhada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Nesse sentido disse que a Câmara Municipal iria interpor uma ação popular contra o “*encerramento*” do Tribunal, apesar de ter manifestado algumas dúvidas quanto ao sucesso da mesma. Face ao exposto, convidou todos os Membros daquela Assembleia Municipal a assinarem a petição, para assim demonstrarem a força e a determinação contra aquela situação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Informou ainda os presentes de que, na sexta feira seguinte, iria ser aprovado um Decreto Regulamentar, na Assembleia da República, e de que iria estar presente nas galerias, numa ação de protesto organizada pela ANMP.

-----Relativamente à Repartição de Finanças, disse que tinha informação da ANMP que o Governo tinha obrigação de encerrar metade daqueles serviços, apesar de não existir, ainda, uma lista definitiva nem critérios definidos. Mais disse que tinha já feito declarações à Agência Lusa no sentido de manifestar a posição do Executivo contra o eventual encerramento daqueles serviços. -----

-----Referiu ainda, que caso a situação se viesse a verificar, existiriam mecanismos para corrigir aqueles encerramentos, nomeadamente com Secções de Proximidade. Contudo sublinhou a sua disponibilidade para lutar contra aquelas situações, nem que tivesse que mobilizar meios e funcionários, para que aqueles serviços continuassem ao dispor das populações. -----

-----Continuou a sua intervenção e em a resposta à Sr.^a Prof.^a Zélia Morais, mostrou satisfação em que as pessoas contactassem os eleitos para apresentarem o seu descontentamento ou problemas, para que pudessem ser discutidos naquela Assembleia Municipal, o que considerou a essência dos órgãos democráticos.-----

-----Mais disse que tinha conhecimento das situações apresentadas e que estavam a tentar resolvê-las, o que entroncava na revisão orçamental que consistia em 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) para aquisição de equipamentos e 105.000,00€ (cento e cinco mil euros) para o saneamento e asfaltamento da Rua Nova do Salão. Mais disse que o montante inicialmente previsto para aquela obra tinha aumentado muito, uma vez que o Executivo entendia que o saneamento devia ser feito antes da rua ser asfaltada, e não o contrário, a fim de evitar mais gastos no futuro. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**2.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que começou por felicitar a Câmara e a Assembleia, pessoalmente e em nome do MAR, assim como todos os funcionários, pelas ações elencadas no relatório dos serviços, pelos trabalhos efetuados no terreno e pelas obras que se começavam a ver.-----

-----Felicitou ainda a ação de voluntariado de limpeza da Barrinha e chamou a atenção para os trabalhos de remoção de matos à volta das urbanizações, que já se começavam a ver, apesar de haver muito a fazer, fruto de um inverno muito chuvoso.-----

-----Relativamente às obras que estavam no terreno, disse que o saneamento da Praia de Mira estava em andamento, mas questionou se estaria pronto na data prevista. Em relação ao saneamento do Casal de S. Tomé, disse que não via qualquer obra em curso. -----

-----Quanto à rede de águas disse que tinham sido executadas algumas ligações, nas redes novas já existentes, nomeadamente no Cabeço e em Portomar, mas que mais havia para fazer.-----

-----Relativamente às obras do Polis, disse que se começava a ver alguns resultados e que, em especial na Praia de Mira, lhe parecia que ficaria muito bonito.-----

-----Quanto às obras na Lagoa, perguntou se estava previsto o açude na Vala Real para alimentar a Barrinha a sul, através de um dreno florestal.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que começou por referir que, na altura das cheias, tinha sido colocada areia na zona do Canal de Mira, no Bico das Flores, a qual solicitou que fosse retirada, uma vez que perturbava o trânsito.-----

-----Referiu outra situação, na Rua Osso da Baleia, resultado de uma demolição, e solicitou que fosse feita a respetiva limpeza de detritos.-----

-----Mencionou a existência de fugas de água, já solucionadas, e de alguns buracos na calçada a necessitar de intervenção, nomeadamente em frente à Junta de Freguesia. Mais disse que não era um simples reparo na calçada,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque se assim fosse a própria Junta de Freguesia conseguia fazê-lo, mas que tinha tubagem partida por baixo, o que também já tinha sido relatado aos serviços. Acrescentou ainda a existência de outro buraco, junto ao “Sixties”, que apesar de já ter sido reparado várias vezes, continuava a necessitar de reparação.-----

-----Quanto às estradas na Freguesia da Praia de Mira, disse que, em resultado do saneamento, existiam várias em mau estado, pelo que perguntou para quando estava previsto o respetivo alcatroamento e se, para além daquelas, estavam previstas mais intervenções. Perguntou ainda para quando estava prevista a intervenção na Videira Sul.-----

-----Relativamente ao Polis, referiu a possibilidade da Junta de Freguesia reportar algumas situações e ajudar na respetiva fiscalização, o que tinha vindo a acontecer através de telefonemas entre o próprio e o Sr. Presidente da Câmara, ou o Sr. Vereador Nelson Maltez. No mesmo sentido, disse que iria fazer chegar ao Executivo um documento, aprovado em reunião da Assembleia de Freguesia, com reporte de algumas situações. -----

-----Quanto aos pontões das gaivotas na Barrinha, perguntou o que é que estava previsto. -----

-----Em relação à venda ambulante na Praia de Mira, disse que lhe tinham chegado algumas queixas de que existia venda ambulante não autorizada, pelo que perguntou como deveria atuar e qual era a posição do Executivo naquela matéria. -----

-----Quanto à Bandeira Azul, perguntou se já estava marcada a data para a cerimónia do Hastear da Bandeira. -----

-----Relativamente à sinalética vertical, apesar de reconhecer que era uma competência da Junta de Freguesia, perguntou se a Câmara tinha alguma que pudesse ceder, que os próprios serviços da Junta de Freguesia a colocariam.---



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último perguntou qual era o ponto de situação relativamente ao auto de demarcação do Cemitério da Praia de Mira, uma vez que havia urgência em resolver o assunto.-----

-----Interveio a Sr.^a Dr.^a **Joana Muralha Teixeira** (PSD) que perguntou como é que estava a situação do prolongamento da Avenida do Mar, bem como a requalificação do Bairro da Valeira, na Praia de Mira.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que começou por saudar a iniciativa de comemoração do 25 de Abril, à qual não tinha tido oportunidade de comparecer, por motivos de agenda. Mais lembrou a memória do 25 de Abril, enquanto herança que devia ser honrada, que tinha sido uma vontade comum fazer da liberdade um regime democrático e que para isso tinham sido dados passos, mas o caminho estava longe de estar terminado. Liberdade e democracia, disse, não eram adquiridos, em definitivo, em nenhuma sociedade. Exigiam, antes, sistemático investimento de energia e o que ali faziam naquela Assembleia Municipal, periodicamente, era “*um exercício de liberdade e uma prática da democracia*”, disse.-----

-----No mesmo sentido, disse que se sentia feliz ao ouvir o Sr. Presidente da Câmara Municipal a dizer que iriam arranjar formas de fazer o combate, pelo que a palavra traduzia relativamente ao posicionamento e que ele, como seguramente todos os Mirenses, estariam ao lado do Sr. Presidente da Câmara para “*fazer o bom combate*”, por aquilo que era justo, equilibrado e proporcional.-----

-----Referiu ainda que a liberdade de expressão tinha sido adquirida com a democracia, mas também exigia a responsabilidade pelas reivindicações, muitas das quais tinham sido desproporcionadas, tinham levado ao exagero, à dispersão e ao uso indevido de recursos. Em consequência de tais ações, considerou que se tinha feito funcionar a economia, mas, ao mesmo tempo, tinha-se delapidado património que deveria ter sido preservado. Mais disse que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era bom que se tivesse sempre presente a proporcionalidade, a razoabilidade e a racionalidade das reivindicações.-----

-----Continuou a sua intervenção com um agradecimento ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia na sua referência ao texto relativo ao 25 de Abril e disse que o pior que se podia fazer era pertencer ao exército daqueles que praticavam “o silêncio dos bons”, seguindo de perto *Luther King*.-----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, em resposta ao Sr. Eng.º Rui Terrível, disse que as limpezas de matos estavam em curso. -----

-----Quanto ao saneamento da Praia de Mira, disse que o plano estabelecido estava a ser cumprido, que era fazer primeiro a parte mais central, o que já estava feito e alcatroado, depois continuar o restante. Em relação aos alcatroamentos disse que iriam continuar. -----

-----Relativamente às redes e ramais de água, esclareceu que tinham vindo a ser feitas várias ligações, na tentativa de recuperar atrasos existentes. Mais disse que esperava que as ligações fossem feitas num prazo razoável. -----

-----Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Dr. Francisco Reigota, disse que, em relação à venda ambulante não autorizada, sempre que tivesse conhecimento poderia chamar os serviços de fiscalização ou a GNR, para tomar conta da ocorrência.-----

-----No que respeitava à cerimónia do Hastear da Bandeira Azul disse que tinha sido proposto o dia 25 de junho, o que seria posteriormente decidido pela entidade competente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em relação ao cemitério disse que a questão tinha sido encaminhada para o ICNF para que fosse feito o auto de demarcação, tal como se havia comprometido. -----

-----No respeitante às questões da Sr.^a Dr.^a Joana Muralha Teixeira, relativamente ao prolongamento da Avenida do Mar, esclareceu que estava previsto o início das obras por volta do dia quinze de maio. Em relação ao Bairro da Valeira, informou que as obras iriam iniciar em setembro. -----

-----Quanto à intervenção do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro disse que concordava na íntegra e que os abusos do passado estavam a penalizar o presente, nomeadamente no acordo de parceria que o Estado Português estava a negociar com a União Europeia em relação às escolas. Mais disse que a Região Centro era uma das afetadas por aquela situação, nomeadamente com a imposição atual de regras mais difíceis. -----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez** que, em relação à areia junto ao Canal, disse que ainda lá estava, por um lado, por falta de meios, por outro por opção, uma vez que os terrenos ainda tinham demasiada água e que poderia ainda poder haver pluviosidade que justificasse a presença daquela barreira. No entanto, dado o perigo relatado, disse que a mesma seria retirada, logo que possível. -----

-----Quanto à questão da demolição, referida pelo Sr. Dr. Francisco Reigota, disse que seria resolvida a situação, assim que tivesse meios humanos disponíveis. -----

-----Em relação às fugas de água, disse que tentavam dar resposta o mais prontamente possível, até porque sabiam as implicações que tinham. Quanto ao buraco próximo da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que a questão se afigurava complicada aos técnicos, que aguardavam, que baixasse o nível da água na vala para que pudessem verificar se existia rutura na muralha da mesma. No entanto, disse que teria que ser feita uma intervenção



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com recurso a uma máquina, e averiguar a origem do problema, para que não se repetisse. -----

-----Quanto ao buraco que existia junto ao “Sixties”, disse que em breve a rua iria entrar em obras, altura em que seria resolvida a situação.-----

-----Relativamente às estradas em mau estado, disse que, algumas das referidas, estavam em obras, pelo que não lhe parecia que até ao início da época balnear fosse possível fazer qualquer intervenção. -----

-----Em relação aos pontões das gaivotas, disse que ficariam com acesso, sendo que nem todos seriam recuperados.-----

-----Quanto à estrada da Videira Sul, esclareceu que tinha sido ponderada a hipótese de se fazer uma ponte em laje, a qual levantava problemas sobretudo de ordem financeira, pelo que seria feita em manilhas, logo que possível, até porque se encontravam a preparar material para reparar a ponte que estava no percurso pedonal, logo a seguir.-----

-----Em relação à sinalética, disse que já se encontrava nos armazéns da autarquia e que, logo que fosse possível, os funcionários da Câmara iriam proceder à sua colocação. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. **João Noqueira** (PS) que referiu a importância e a honra da distinção atribuída às praias do concelho com o galardão da Bandeira Azul e recordou a primeira vez que a Praia de Mira tinha recebido aquela distinção. Mais disse que a Bandeira Azul não dependia só da limpeza do areal, mas de tudo quanto estava naquela localidade, desde as valas, à Barrinha, às ruas, aos contentores do lixo e toda a envolvente. Acrescentou que era necessário redobrar esforços para que fosse possível manter aquele galardão. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que começou por referir como uma ótima iniciativa a comemoração do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dia Mundial da Árvore. No entanto, disse que tinha recebido duas críticas: uma pelo facto das EB1 de Seixo e Carapelhos terem realizado atividades nas respetivas localidades e as restantes escolas do concelho se terem deslocado à Praia de Mira; a outra pelo facto das árvores terem sido plantadas muito próximas umas das outras, e dado tratarem-se de pinheiros mansos provavelmente teriam uma copa grande, o que poderia interferir no seu crescimento. Considerou ainda uma boa opção a escolha do pinheiro manso, que se adaptava bem aos terrenos arenosos.-----

-----Por último afirmou que no concelho havia sobretudo pinheiro bravo, mas que existiam algumas áreas a necessitar de reflorestação, pelo que sugeriu que fosse utilizado o pinheiro manso, do qual se podia retirar alguma rentabilidade económica, nomeadamente com o aproveitamento do pinhão. -----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que referiu as comemorações do 25 de Abril e a visita dos empresários do Cazaquistão. No entanto, manifestou o seu desagrado quanto à forma como ele e outros Membros da Assembleia Municipal tinham sido tratados aquando da visita daqueles empresários, nomeadamente pelo facto de terem sido convidados apenas para a apresentação feita no Salão Nobre dos Paços do Concelho e não para a receção no hotel da Praia de Mira. Mais disse que teria sido naquele segundo momento que poderiam conversar com os empresários, o que não tinha sido possível antes. -----

-----Solicitou ainda esclarecimentos quanto ao lugar em que tinha tomado posse naquela Assembleia Municipal na sequência das eleições autárquicas, o qual, na sua opinião, juridicamente, poderia não estar correto. Mais disse que tinha ocupado o lugar do Sr. Carlos Brás, que não tinha sequer chegado a tomar posse, procedimento que tinha suscitado algumas dúvidas. Esclareceu que não queria qualquer tipo de favorecimento relativamente lugar em que tinha tomado posse, a fim de evitar e resolver situações de conflito com os próprios Membros do Grupo Municipal do PS. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Enf.º **Manuel Inocêncio** (PSD) que referiu ter havido intervenções em parques infantis, nomeadamente no da Corujeira, onde tinha sido retirado algum tipo de equipamento, pelo que, perguntou se existia legislação que enquadrasse os referidos equipamentos e se estava prevista a sua reparação. -----

-----No seguimento da intervenção do Sr. Carlos Nora, relativamente à visita dos empresários do Cazaquistão, perguntou se estava previsto ou se tinha havido algum protocolo de entendimento, ou algum projeto relativamente ao concelho. -----

-----Em relação à preparação da época balnear, perguntou se os trabalhos estavam bem encaminhados. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que, relativamente à questão apresentada pelo Sr. Carlos Nora, leu o n.º 1, do artigo 9.º, do Regimento daquela Assembleia Municipal, ainda em vigor: -----

-----*“Em caso de vacatura ou de suspensão de mandato, o membro da Assembleia é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga”*.-----

-----Mais disse, que na sua opinião não haveria dúvidas quanto à legalidade da presença do Sr. Carlos Nora naquela Assembleia. -----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que esclareceu que não era a presença que estava em causa, mas a posição que tinha ocupado na tomada de posse.--

-----Esclareceu o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que a posição, ou a hierarquia na lista, nada teria que ver com a Mesa, diretamente, ao que o Sr. Carlos Nora respondeu que tinham sido os serviços da Câmara. -----

-----**Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por agradecer as palavras do Sr. João Nogueira relativamente à distinção das praias do concelho com a Bandeira Azul, a qual tinha deixado o Executivo muito contente. Mais disse que iria ter em conta os conselhos deixados, para que pudessem sempre manter aquele galardão. -----

-----Quanto à intervenção do Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, disse que a articulação das EB 1 tinha sido: a da Praia de Mira fazer o Miroásis; a do Seixo fazer a zona do Campo de Futebol; as de Mira e Lentisqueira fazerem o Ramalheiro, e a dos Carapelhos o Parque Desportivo. A outra faixa tinha sido da responsabilidade do 2.º Ciclo da Escola Básica de Mira e das IPSS do concelho. -----

-----Quanto à questão do pinheiro manso disse que havia estudos que indicavam que era uma espécie que se dava bem na zona, pelo que seria uma recomendação a ter em consideração, até pelo seu valor económico.-----

-----Em relação à intervenção do Sr. Carlos Nora relativamente à visita dos empresários do Cazaquistão, disse que tinha sido preparada em cerca de quarenta e oito horas, com uma sessão formal no Salão Nobre e um segundo momento, organizado pela Associação Empresarial de Mira, com sessões de trabalho e jantar. O critério usado para a parte do jantar tinha sido convidar os Senhores Vereadores, do PS, do PSD e do MAR, que tinham estado presentes. Mais disse, que o critério tinha sido aquele, até por limite do próprio espaço, mas que poderia ter sido outro. -----

-----Quanto às questões do Sr. Enf.º Manuel Inocêncio, disse que o Executivo se tinha deparado com a existência de várias coimas relativas aos parques infantis, aplicadas pela ASAE. Atendendo à necessidade de garantir o cumprimento de todas as regras impostas, tinham optado por iniciar as obras mantendo um parque infantil por cada freguesia. Quanto aos restantes



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaços, disse que, naquele momento, por questões de ordem económica não era possível fazer as intervenções legalmente exigidas, pelo que não seria possível manter todos os equipamentos.-----

-----Em relação à época balnear disse que estavam a trabalhar, em especial na Praia de Mira, para que quando chegasse o verão estivesse tudo nas devidas condições.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que disse que embora os sessenta minutos do “*Período Antes da Ordem do Dia*” tivessem sido já largamente ultrapassados, não queria cortar a palavra a nenhum elemento da Assembleia, mas agradecia que fossem o mais breves possível.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que disse que já estavam a reger-se pelo novo Regimento da Assembleia e que ele ainda não tinha sido aprovado, o que lhe foi esclarecido que não seria assim.-----

-----Referiu ainda que já não era a primeira vez que se falava naquele órgão de sessões temáticas da Assembleia Municipal e que outros concelhos o faziam com bons resultados, realçou a mais-valia da proximidade às populações e disse que gostava que se fizessem as ditas sessões.-----

-----Terminou a sua intervenção com destaque para a Bandeira Azul e com a sugestão de colocarem juntamente com a Bandeira Azul as bandeiras das quatro Juntas de Freguesia e não apenas as do Concelho e da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que disse que não tinha sido respondida a questão relativa ao açude para adução de água à Barrinha, pelo que, reiterou a questão e perguntou, se a obra não estivesse prevista a nível do Polis, se a própria Câmara o iria fazer.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Reportou-se ainda à sinalização rodoviária, e referiu-se a situações de duplicação de sinalização, com a existência de sinalização antiga, em cimento, em simultâneo com outra mais recente, nomeadamente na rotunda junto à Farmácia Matilde Soares, no Corticeiro de Baixo e na Valeirinha, pelo que sugeriu que a sinalização antiga fosse retirada. -----

-----Relativamente às Assembleias Temáticas, disse que o MAR, no seu programa eleitoral, indicava o mês de setembro como boa altura para preparar as questões do Orçamento Participativo.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que aludiu às comemorações do 25 de Abril e deu os parabéns ao Sr. Secretário da Mesa pelo discurso nas referidas comemorações.-----

-----Reportando-se à documentação disponibilizada para cada sessão da Assembleia Municipal, disse que por vezes tinha um formato muito “pesado” e que a documentação definitiva era a que iria ser assinada pela Mesa da Assembleia e, essa sim, poderia ser digitalizada e disponibilizada na plataforma “Arquivo”. Mais disse, que para as sessões da Assembleia Municipal poderiam ser disponibilizados em documentos “pdf”, feitos diretamente do “Word”, o que poupava trabalho, tempo e dinheiro.-----

-----Relativamente à rede de gás natural, perguntou ao Executivo se tinha conhecimento de alguma proposta, ou se tinha planos, para que essa rede se estendesse, pelo menos, às Zonas Industriais. Mais perguntou porque é que nas obras particulares era exigido um projeto de rede de ligação de gás, quando não existia rede pública de gás no concelho. -----

-----Referiu ainda as árvores novas que estavam a ser plantadas na Praia de Mira, no âmbito do Polis, e alertou para a necessidade de rega. -----

-----Interveio a Sr.ª Dr.ª **Telma Salvador** (PSD) que perguntou qual era o prazo previsto para a conclusão das obras de requalificação que estavam a decorrer na zona da Barrinha, uma vez que alguns comerciantes se tinham mostrado preocupados pela proximidade da época balnear. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----4.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que ia considerar a sugestão do Sr. Gabriel Pinho relativamente às bandeiras das quatro Junta de Freguesia juntamente com a Bandeira Azul. -----

-----Relativamente às obras de requalificação da Barrinha, disse que o plano de trabalhos estava a ser cumprido e que em meados de junho os trabalhos estariam concluídos.-----

-----Interveio o Sr. Vereador Nelson Maltez que disse que a construção do açude estava previsto para depois das obras na envolvente da Barrinha, com desvio de água pelo dreno que passava perto do aldeamento Miravillas e entrada pelo sul da Barrinha. Mais disse, que era mais uma tentativa e que o problema da Barrinha era o facto da água entrar lentamente e sair por uma vala com uma cota mais alta, pelo que se assemelhava a um tanque de decantação. Acrescentou, que ou havia intervenções regulares sobre a Barrinha, ou podia-se minimizar, mas nunca se resolveria o problema de outra maneira. -----

-----Quanto à sinalização rodoviária disse que o Sr. Eng.º Rui Terrível efetivamente tinha razão.-----

-----Em relação à questão levantada pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim, relativa à rede de gás natural, disse que também se questionava sobre o assunto, mas que era uma imposição legal. -----

-----Relativamente à falta de rega das árvores do Polis disse que iriam estar atentos e que na zona referida a questão era a do elevado nível freático, e não o contrário.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início ao período da ordem do dia com referência ao relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, de acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Foi dada a palavra aos Membros da Assembleia Municipal para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que sublinhou a qualidade do relatório e deu os parabéns aos serviços e ao Executivo, que continuavam a primar pela transparência na apresentação daqueles dados. Referiu, no entanto, ter verificado a existência de um lapso quanto ao endividamento líquido a curto prazo, nomeadamente na página 26 em que, ao contrário do que era habitual, não constava um gráfico ou tabela com a evolução daquele parâmetro ao longo dos anos. Mais disse, que pelos dados apresentados, daria para fazer a respetiva análise, tendo verificado um decréscimo, pelo que não teria sido propositada a omissão do referido gráfico. -----

-----Relativamente à taxa de execução da receita de capital, que em 30 de março rondava os 5,53%, disse que, se após o primeiro trimestre do ano aquela taxa tinha um valor tão baixo, a manter-se naquele nível até ao final do ano seria preocupante, pelo que sugeriu que a situação fosse contemplada em futuras revisões orçamentais. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que a Dr.ª Cristina Morais daria a explicação técnica relativamente ao endividamento líquido a curto prazo.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à execução orçamental disse que, naquele momento, ainda não era preocupante, uma vez que se esperava que entrassem receitas de fundos comunitários que aumentariam a referida taxa. -----

-----Interveio a Sr.^a Dr.^a **Cristina Morais**, Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, que explicou, relativamente à dívida, que constava a de longo prazo, que era igual ao valor dos empréstimos. Quanto à dívida de curto prazo, disse que era um indicador orçamental, de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, que se resumia a dívida a fornecedores e excluía operações de tesouraria, ou seja, valores que a Câmara arrecadava, mas que eram para entregar a terceiros. -----

-----Mais disse que naquele relatório não constava o endividamento líquido, à data, porque também, de acordo com a referida lei não era aquele o critério para os limiares de endividamento, mas sim a dívida orçamental. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que perguntou, se a partir daquele momento, o quadro que mostrava a evolução a curto prazo deixaria de constar naquele documento. -----

-----A Sr.^a Dr.^a **Cristina Morais** respondeu que era uma questão de pormenor que poderia ser considerado. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto um da ordem do dia, dado não haver mais intervenções. -----

-----**Ponto um – Aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 26.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regimento da Assembleia Municipal de Mira.** -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que disse que, por motivos de agenda, das duas vezes que tinham sido marcadas reuniões



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para discutir a questão da alteração do Regimento não lhe tinha sido possível estar presente, uma vez que não se encontrava no país. -----

-----Mais disse que tinham sido apresentadas duas versões, e que era relativamente à segunda versão que o MAR iria tomar a sua posição, tendo lido o seguinte texto que se transcreve na íntegra: -----

-----*“A posição do MAR sobre este documento estruturante para a atividade da Assembleia Municipal é a seguinte:-----*

-----*Como análise geral, consideramos esta 2.ª versão é uma clara regressão relativamente à 1.ª versão por ser mais restritiva, no que toca aos tempos e liberdade de expressão. -----*

-----*Passemos à análise detalhada. -----*

-----*1. Período de intervenção do público (Art.º 44.º e seguinte)-----*

-----*Na versão inicial do documento (enviado pelos serviços da câmara em 6 de fevereiro de 2014), relativamente à versão do regulamento atualmente em vigor, constata-se a existência de um claro ganho por parte da cidadania – e não falo dos movimentos de cidadãos organizados que concorreram a órgãos autárquicos mas dos cidadãos em geral. Nessa versão, ao contrário da praxis atual, o público pode expressar a sua opinião antes do início dos trabalhos por um período de 30 minutos. As respostas a essas perguntas seriam dadas ao público no período da ordem do dia. Esta possibilidade pode mesmo, em alguns casos, melhorar e potenciar o debate durante o período de “antes da ordem do dia”. -----*

-----*Verifica-se que, na versão distribuída para esta Assembleia Municipal este tempo foi reduzido para apenas 15 minutos e que esse período tem de ser repartido quer pelas intervenções, quer pelas respostas. Este período de tempo e nos moldes ora apresentados é claramente insuficiente. Dará para, na melhor das hipóteses duas intervenções por parte do público e no segundo caso, muito provavelmente, já sem tempo de resposta. -----*

-----*2. Período de antes da ordem do dia (Art.º 46.º e seguinte)-----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No Art.º 46.º da nova versão foram corrigidas algumas incongruências existentes na versão inicial, em particular a que referia que as inscrições para as intervenções do público se fariam nesta altura – uma impossibilidade dado o público já ter falado anteriormente. -----

-----Neste artigo, na versão inicial do documento, havia um período de 60 minutos para que as forças políticas pudessem de modo franco e sem quaisquer limitações expor as suas ideias. Pareceu-nos uma proposta responsável pois claramente faz uma separação entre a retórica e o poder das forças políticas. Como sabemos, a relevância das forças políticas está traduzida no seu poder de voto e não no tempo que tem para falar. -----

-----Esta nova versão, tal como descrita nas suas 10 alíneas no n.º 1º do Art.º 47.º, pretende, para um leitor mais desatento, “trazer a ordem ao caos”. A ideia da versão anterior de que todos podem falar livremente e expressar as ideias de modo franco sem constrangimentos de tempo é, para alguns espíritos, demasiado perigosa e portanto inaceitável. “Há gente que fala demais!”, dizem mesmo os mais “puros”. Para nós é a postura correta. -----

-----A versão ora distribuída é, para nós, inaceitável. Na sua redação atual é impossível quantificar qual o tempo utilizado por qualquer força política e nesse sentido, de legalidade duvidosa. Passamos de uma versão em que não havia limite de tempo por força política para uma versão com ordem pré-definida, contra a liberdade de expressão e a troca de ideias que o período de antes da ordem do dia permite e potencia. -----

-----Além disso, é dado ao executivo tempo igual ao das demais forças políticas! Porquê? É porventura o período de antes da ordem do dia um período de ataque ao executivo para que este necessite de tanto tempo para a sua defesa? Não nos parece esta sequência para as intervenções razoável e, aliás, está em clara contradição com a distribuição de tempos, por exemplo, do Art.º 50.º. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por fim, a limitação de que as intervenções serão de “duração máxima não superior a três (3) minutos” também nos parece demasiado limitativo. Cada força política deve utilizar o seu tempo da forma que achar mais razoável. Embora pessoalmente não tenha uma experiência de AM muito grande, não me faltam os exemplos em que três minutos são claramente limitativos. Sei também que alguns de nós são mais dotados que outros do poder da oratória. Assim, e para evitar excessos, seria mais razoável uma redação do tipo “As intervenções para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período “antes da ordem do dia”, deverão, preferencialmente, ter duração máxima não superior a três (3) minutos, (...)”. -----

-----A corroborar esta posição, de que 3 minutos são curtos, este mesmo regimento dá ao público um tempo de 5 minutos por intervenção. Não nos parece razoável ter de passar para o público para poder usar da palavra por mais tempo...-----

-----3. Período da ordem do dia (Art.º 49.º e seguinte)-----

-----Comparando as duas versões do documento, mais uma vez se constata uma regressão do tempo atribuído às forças políticas e um reforço do tempo dado ao executivo. “Salomónicamente”, são retirados 5 minutos às três formas políticas (MAR, PS e PSD) e são entregues ao executivo. Matematicamente mais 5 minutos no tempo do MAR representariam mais 50% de tempo enquanto ao PS e ao PSD os mesmos 5 minutos representariam apenas mais 25%. Politicamente, o problema mantém-se. A força dos partidos está no seu poder de voto e não no tempo que lhe é atribuído para defender as suas ideias. Concluindo, não sei se é tempo – ou se há qualquer interesse – para fazer alterações neste momento. De qualquer modo, e para memória futura aqui fica a nossa posição.”-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que disse que aquela proposta de Regimento tinha sido fruto de um processo de negociação, com algumas cedências, as quais tinham permitido que se chegasse a um entendimento



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comum, que considerou justo e benéfico para todos. Disse ainda que o tempo concedido ao “*Período Antes da Ordem do Dia*” tinha que ser limitado e que deviam dar muito mais atenção aos assuntos do “*Período da Ordem do Dia*”. Acrescentou que havia muito assuntos que não deviam ser apresentados naquela Assembleia, que o debate devia ser mais político, pelo bem do concelho, e não tão minucioso em determinados assuntos que poderiam ser transmitidos ao Executivo num outro espaço e tempo.-----

-----Sobre a distribuição de tempos lembrou que cada grupo municipal se encontrava naquele órgão em representação do Povo de Mira, o qual tinha feito as suas escolhas no ato eleitoral, pelo que ficaria “defraudado” se a representatividade das mesmas não fosse respeitada. -----

-----Disse ainda que tinham tido em conta a proposta apresentada pelo Sr. Eng.º Rui Terrível na última reunião, apesar de não terem concordado com ela.

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que começou por dizer que o assunto já tinha sido bem explicado e acrescentou que aquele documento era um instrumento de trabalho, fundamental para que aquele órgão funcionasse de forma organizada e que, de facto, se deviam debruçar mais sobre os assuntos do “*Período da Ordem do Dia*”, com todo o respeito pelas questões que cada Membro da Assembleia trazia para aquelas sessões.-----

-----Esclareceu alguns detalhes relativamente à forma como tinham decorrido as reuniões de preparação daquele Regimento e ao envio de um documento de trabalho, no dia 4 de abril, o qual lamentavelmente, apenas tinha sido respondido pelo Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto a 27 de abril. -----

-----Disse ainda, que a proposta tinha sido consensual e decorria da lei. -----

-----Em relação à gestão de tempo no período de «antes da ordem do dia», leu a alínea n.º 3, do artigo 47.º, que previa que cada grupo municipal gerisse e controlasse o tempo que lhe era atribuído com “*possibilidade de cedência a outros membros, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa*”. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou a sua intervenção com a garantia de que todos os Membros da Assembleia Municipal, mesmo que não dispusessem de tempo, de acordo com o definido no regimento, teriam com certeza a compreensão da Mesa e dos restantes Membros para que pudessem expor os seus problemas. -----

-----VOTAÇÃO:-----

-----Submetido a votação, o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com vinte e dois votos a favor dos elementos do PSD, do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, um voto contra do Sr. Eng.º Rui Terrível (MAR) e uma abstenção do Sr. Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto (MAR).-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que disse que, na sequência daquela votação e da aprovação do Regimento, não iria cercear a palavra a qualquer elemento que quisesse algum esclarecimento, ou eventualmente questionar o Executivo e que, enquanto fosse Presidente da Mesa da Assembleia, não haveria de ficar ninguém sem poder intervir.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

-----Ponto dois – Emissão de declaração de interesse municipal relativamente ao pavilhão gimnodesportivo, sito em Largo da Feira, Portomar, propriedade do Clube Domus Nostra, para efeitos de isenção de imposto municipal sobre imóveis, prevista na alínea i) do n.º 1, do artigo 44.º, do Estatuto de Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, na redação dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que o assunto tinha já sido levado a reunião de Câmara e que o Clube Domus Nostra, proprietário do pavilhão, desempenhava uma função social, cultural e desportiva de primordial



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância. No entanto, com as novas regras de avaliação de imóveis, imposta pela Troika, aquela infraestrutura desportiva tinha ficado com um valor muito elevado, a nível de IMI. -----

-----Mais disse, que a isenção tinha sido solicitada pelo Clube Domus Nostra de modo a que pudessem solicitar isenção do pagamento de IMI junto do Serviço de Finanças. Para isso, teria que ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, a declaração de interesse municipal daquele edifício. ----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que realçou o trabalho do Clube Domus Nostra ao longo de quarenta anos e disse que aquela proposta teria o apoio do PS.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que referiu a importância daquela associação, composta por dez secções, filiada em treze organismos públicos, que merecia a aprovação daquela proposta sem qualquer reticência. -----

-----Mais disse que se esperava que outras associações seguissem aquele caminho, porque de facto o IMI era “pesado” e seria cada vez mais difícil serem as próprias associações a suportar aquele encargo. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----O Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) não participou na votação por se encontrar temporariamente ausente. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia.-----

----- **Ponto três – Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2013 e**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2013 e a respetiva avaliação. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por referir que aquele documento versava sobre as responsabilidades do Município, as suas contas e saldos. -----

-----Quanto ao resultado líquido do exercício, disse que se verificava uma quebra principalmente por uma questão técnica, da AIBAP, que era a inclusão da provisão do risco pelo método de equivalência patrimonial. Ou seja, de acordo com a nova Lei da Finanças Locais, havia o risco das dívidas da AIBAP poderem vir a consolidar com as contas do Município, pelo que o Executivo tinha decidido, incluir aquele risco no relatório de gestão, uma vez que o Município de Mira era detentor de 90% do capital daquela associação. -----

-----Reportou-se ao Polis Litoral da Ria de Aveiro, e disse que havia uma dívida na ordem dos 451.000,00€ (quinhentos e cinquenta e um mil euros), em relação à qual tinha sido feito um acordo para pagamento, de forma faseada, para que a mesma não entrassem para o computo dos pagamentos em atraso.

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por referir que na análise da prestação de contas feita pela "*Rodrigues Sacramento, L.^{da}*" também era realçada a provisão do montante para a AIBAP, o que lhe parecia uma atitude sábia e responsável. -----

-----No entanto, disse que havia dois aspetos negativos, nomeadamente o cadastro dos bens do concelho, que não compreendia que ano após ano o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto não estivesse resolvido, e o inventário permanente, de entradas e saídas de armazém, que também não era feito.-----

-----Mais disse que era importante que se pagasse dinheiro para fazer aquela supervisão das contas porque realçava as fragilidades dos serviços, a nível de contabilidade.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que disse que iria fazer uma análise sobre a leitura política daquele relatório de gestão de 2013. -----

-----De acordo com a intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, disse que equacionar um risco poderia ser sábio, mas era preciso equacionar o risco como um todo e incluir também o crédito da AIBAP. Caso contrário, disse, poderia funcionar como uma boa ferramenta para mascarar alguns dados, pelo que, se de facto, quisessem deixar uma imagem de que a situação financeira da Câmara não era assim tão boa, aquela era uma ótima estratégia.-----

-----Dando continuidade à sua análise do Relatório de Gestão, leu o seguinte parágrafo da página 5: -----

-----“*Num contexto de incerteza económica e financeira, nacional e internacional, o Município assentou a sua gestão em princípios essenciais de rigor e disciplina financeira, o que permitiu terminar o ano económico com uma margem positiva de tesouraria, correspondendo a um saldo de gerência de operações orçamentais de € 709.147,76.*” -----

-----Finda a leitura disse que era pena que não se tivesse verificado aquela situação há alguns meses atrás, altura em que a imagem que tinha passado era bem diferente, em tempo de campanha eleitoral. Disse ainda que concordava na íntegra com o documento elaborado por aquele Executivo, relativo ao ano de 2013, mas que “*em política não pode valer tudo*”. -----

-----Na página 9, relativa à análise estrutural da despesa, sublinhou a evolução das despesas correntes, de 2010 a 2013, cuja análise destacava a negrito “*um acréscimo da componente de Aquisição de Bens e Serviços e das Despesas*”



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com Pessoal", por comparação com 2012, mas sem fazer o mesmo exercício para 2011 ou 2010. -----

-----Disse ainda que os factos que tinham motivado o aumento das despesas com pessoal eram conhecidos de todos, tanto assim era, que eram explicados nas páginas seguintes. Uma vez mais, frisou que a ideia que passava era a do aumento, esquecendo-se que as despesas tinham resultado do não pagamento, do subsídio de férias, em 2012, reposto no ano seguinte, a par com o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, que tinham passado de 15 para 20%.-----

-----Ainda em relação ao aumento da despesa com pessoal, fez referência aos últimos parágrafos das páginas 33 e 58, em que se podia ler respetivamente: ---

-----*"Em 2013, o peso das despesas com o pessoal absorveu 41,20% da receita corrente, o que se traduziu num decréscimo relativamente ao ano anterior."* -----

-----*"Constatamos que do ano de 2012 para 2013, houve uma redução de 65.057,71€ nos encargos com o pessoal."* -----

-----Face ao exposto, disse que, sendo leigo em números, ficava baralhado, mas que, certamente haveria uma explicação, até porque o documento tinha sido feito pelos serviços técnicos da Câmara, mas a análise política daqueles resultados é que podia ter outras interpretações. -----

-----Passou à análise da página 13 e indo ao encontro do que tinha sido dito relativamente à taxa de execução do 1.º trimestre, disse que comparativamente a 2013, os valores eram preocupantes.-----

-----Quanto às isenções concedidas, nomeadamente à "AQUINOVA", disse que o impacto, a nível das receitas no saneamento e na água, da entrada em "*lay-off*" daquela unidade de aquicultura se podia verificar nas páginas 16 e 18, respetivamente, com a diminuição das receitas em ambos os setores. Face ao exposto, disse que afinal nem tudo era de graça, como por vezes se dizia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu ainda, na página 18, a venda de bens e serviços correntes com um aumento nas receitas do Parque de Campismo, resultado da exploração das unidades complementares de alojamento durante todo o ano, apesar de todas as críticas e polémica de que inicialmente tinham sido alvos.-----

-----Terminou a sua intervenção com a análise do gráfico B, na página 40, relativo à evolução do endividamento líquido do Município e disse que o trabalho do PS podia não ter sido reconhecido pelo povo, mas tinha deixado a sua marca. Mais disse que a situação do endividamento líquido era invejável para qualquer autarquia que, ao iniciar funções, recebia aquele gráfico e para qualquer autarquia vizinha, onde não se verificava aquele índice de descida no endividamento.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que mostrou regozijo pelo Polis Ria de Aveiro, referiu os mais de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) que a Câmara iria pagar e perguntou se a obra iria ser toda realizada, nomeadamente os 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros) de investimento inicial, 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) diretos e 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) indiretos. Porque, pelo que tinha lido, os mais de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) eram o valor que a Câmara teria que pagar pela execução da obra inicialmente projetada.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que aquele era um relatório que mostrava o exercício de funções do anterior Executivo, em dez meses, e apenas dois do atual Executivo, portanto os números eram claros, o que se tinha percebido pela exposição do Sr. Prof. Paulo Grego. Mais disse que esperava ouvir o mesmo, um ano depois, na apresentação do Relatório de Contas do atual Executivo.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, em relação à intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, disse que concordava com a questão do cadastro dos bens do concelho e que iam tentar progredir em matéria de registo, apesar de ser uma tarefa difícil. Mais disse que a Contabilidade tinha feito parte daquele trabalho, mas que, por falta de recursos, não estava concluído. -----

-----Quanto à gestão de stocks, disse que iria ser implementada, com recurso a um programa da AIRC já adquirido. -----

-----Em relação à intervenção do Sr. Prof. Paulo Grego disse que não havia truques políticos, se os houvesse não constariam determinados conteúdos, como era o caso da página 5. Mais disse que se quisessem fazer truques incluíam a provisão do risco e retiravam a explicação e os textos seguintes. -----

-----Em relação à questão do pessoal, disse que não havia erro nenhum, que na página 9 os valores eram relativos à execução orçamental, de 2012, onde a previsão era de que não fossem pagos os subsídios. Por ordem do Tribunal Constitucional, a situação tinha sido alterada, logo verificava-se um acréscimo na execução orçamental.-----

-----Quanto à taxa de execução da receita de capital, disse que era não constante, que havia tranches de financiamento comunitário, e outras, que tinham fases do ano em que eram pagas. -----

-----Em relação ao Parque de Campismo, disse que não poderiam ser apenas analisadas as receitas, mas também as despesas.-----

-----Quanto à questão do Sr. Dr. Francisco Reigota, disse que o valor referido era relativo a obras já executadas.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse que pensava que o valor total daquela empreitada era de 837.000,00€ (oitocentos e trinta e sete mil euros), acrescido de IVA, incluindo as obra na envolvente do Lago do Mar, nas margens e Avenida da Barrinha e na Lagoa de Mira. Se a Câmara Municipal tinha previsto um pagamento de cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), não seria o que estava estipulado inicialmente.-----

-----**Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que a diferença estava nas obras de reforço do cordão dunar no concelho, que também tinham que ser contabilizadas. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que disse que tinha percebido a diferença na parte da execução, mas entre a página 9 e a 58 não conseguia entender porque é que as Despesas com Pessoal, em 2013 eram cerca de 3.538.000,00€ (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil euros), na página 9, e os Encargos com Pessoal, na página 58, apareciam com um valor a rondar os 2.470.000,00€ (dois milhões, quatrocentos e setenta mil euros).-----

-----**Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que leu o parágrafo da página 58 que antecedia o gráfico do “*Total dos encargos com pessoal durante o ano*”: ----

-----“*No quadro em apreço e para efeitos de balanço social não são relevadas as despesas com os Eleitos Locais, Contribuições para CGA e Segurança Social, Seguros de Pessoal e Reembolsos com a ADSE*”.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia.-----

----- **Ponto quatro – Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª revisão orçamental e 1.ª revisão às GOP's – Ano de 2014.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para explicar o documento: -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que aquela alteração se devia a ajustes no Orçamento, com destaque para a aquisição de equipamento, nomeadamente uma máquina de alcatroar, um cilindro e um camião grua; para requalificação de vias, designadamente: Rua Nova do Salão, em Mira; Travessa dos Felícios, no Casal de S. Tomé; Rua dos Moliceiros, no Seixo; requalificação da envolvente da rotunda da Praia de Mira e execução dos passeios na Rua Nova, nos Carapelhos.-----

-----Em relação à Escola Básica Integrada de Mira, disse que se verificava uma redução do valor previsto, justificada pela impossibilidade de financiamento comunitário para obras em escolas. Assim sendo, o Executivo tinha optado por reduzir o montante inicialmente previsto assumindo fazer as obras de forma faseada, por um valor mais baixo.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que, em relação à verba para as obras na Escola Básica, perguntou se estava prevista a substituição de todos os telhados, em especial dos telheiros, que estavam danificados, bem como a própria estrutura, e se previam fazer as obras por administração direta, para além das intervenções previstas no edifício danificado no temporal de 19 de janeiro de 2013.-----

-----Relativamente à conservação de estradas e espaços públicos, disse que havia um reforço de 15.000,00€ (quinze mil euros) e questionou se seria suficiente para fazer face às necessidades existentes no concelho.-----

-----Quanto à aquisição de equipamento, mostrou-se satisfeito mas, relativamente à pavimentadora e ao cilindro, disse que quando se comprava material betuminoso era necessário pagar IVA a 23,25%, enquanto que, se fosse feito um procedimento concursal, quer com recurso a ajuste direto ou concurso público, seria pago IVA a 6%, portanto perdia-se constantemente 17,25% em qualquer trabalho. -----

-----Mais disse, que a necessidade mais premente a nível de aquisição de máquinas, dado o grande historial de aquisição de horas de máquina, seria uma giratória, que não era abrangida pela referida questão do IVA. -----

-----Interveio a Sr.ª Prof.ª **Vera Manco** (PS) que, relativamente à Escola Básica Integrada de Mira, disse que as instalações eram bastante antigas a necessitar de algumas obras de manutenção e melhoramentos, tendo sido afetada pelo temporal de 19 de janeiro do ano anterior. Assim sendo, questionou o Executivo sobre qual o motivo da redução do valor para a recuperação da escola. -----

-----Mais disse que na sessão da Assembleia Municipal em que se tinham discutido as obras naquela escola, o MAR, na altura representado pelo Sr. Dr.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Garrucho, tinha tido sempre uma voz ativa na defesa pela rápida e eficiente recuperação do edifício. No presente, não entendia como é que o Sr. Vereador Dr. José Garrucho aprovava aquela diminuição de verba e algum impasse nas obras. Nesse sentido, perguntou se seria possível recuperar devidamente os estragos e melhorar as condições físicas dos edifícios da escola com aquela redução de verba para as obras.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que começou por se congratular com a aquisição de equipamentos, que considerou ser uma grande lacuna na Câmara Municipal que, apesar de não ficar ainda resolvida, representava um passo importante para a resolução de alguns problemas.-----

-----Salientou ainda a alteração das rubricas para as Freguesias e o facto de haver obras em todas elas. Relativamente à Freguesia do Seixo, disse que as pretensões eram muitas e do conhecimento do Executivo, mas que a intervenção prevista para o Seixo era realmente importante, pelo que agradecia que a obra fosse efetivamente feita.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que disse que, apesar de ter votado favoravelmente o Orçamento para o corrente ano, não iria votar favoravelmente aquela revisão, embora estivessem previstos melhoramentos em frente ao Centro Social e Paroquial do Seixo e à Cercimira.-----

-----Começou por perguntar ao Executivo se tinha sido uma agradável surpresa e se já tinham planos para os 700.000,00€ (setecentos mil euros) de lucro do ano anterior. Mais disse que não tinham “caído do céu”, mas que eram fruto do trabalho executado ao longo do ano anterior, transformado naquele resultado positivo, o que tinha sido normal nos últimos anos.-----

-----Mencionou que a sua posição face àquela alteração orçamental tinha a ver com a forma como iria ser aplicado o dinheiro, que poderia servir, por exemplo para abater na dívida, uma vez que as regras do limiar de endividamento tinham sido alteradas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedi ainda esclarecimentos relativamente à “Aquisição de Bens e Serviços”, “Encargos de Cobrança de Receitas” no valor de 51.000,00€ (cinquenta e um mil euros).-----

-----Terminou a sua intervenção com referência à iluminação pública, que tinha um reforço de 96.000,00€ (noventa e seis mil euros), e perguntou em que zona do concelho é que iria ser reforçada a iluminação pública. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. Presidente da Câmara começou por responder à questão das obras na escola e disse que era obvio que iriam fazer as obras, mas não poderia ser no montante inicialmente previsto, uma vez que não iria haver financiamento. Mais disse, que na informação dos serviços existia menção à elaboração de um relatório relativamente à existência de materiais de amianto e que havia o compromisso por parte do Ministério da Educação em fazer as obras de substituição das partes em amianto, o que permitia também baixar o valor inicialmente previsto. -----

-----Quanto à questão do Sr. Eng.º Rui Terrível, dos 15.000,00€ (quinze mil euros), disse que eram materiais para as máquinas trabalharem. Em relação à diferença do IVA, disse que as máquinas não eram para fazer estradas completas, mas pequenas ou médias reparações, para que não fosse necessário fazer empreitadas para pequenas reparações. -----

-----Dirigiu-se ao Sr. Eng.º Calisto Coquim e disse que tinham conhecimento dos 700.000,00€ (setecentos mil euros) até porque a contabilidade ia dando conhecimento do assunto. A opção do Executivo tinha sido por aquelas obras, assim como por aumentar em despesas correntes pela atribuição a associações, no valor de 40.000,00€ (quarenta mil euros).-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu ainda a Rua Nova do Salão, com saneamento e pavimentação, a qual tinha sido referenciada por um Membro da Assembleia do PS, que era uma obra premente uma vez que a rua estava em muito mau estado. -----

-----Quanto à requalificação e alargamento da Travessa dos Felícios, disse que era uma travessa na qual não entrava sequer uma ambulância. -----

-----Em relação à questão da iluminação disse que era para despesas correntes, para pagamento de energia e não para obras. -----

-----Quanto aos encargos sobre cobrança de receitas, disse que era a parte que tinha que ser paga às Finanças pela cobrança do IMI. -----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com quinze votos a favor, do PSD, do MAR e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Mira, Seixo e Carapelhos, e 9 abstenções do PS e do Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto cinco da ordem do dia. -----

-----**Ponto cinco – Aprovação de acordos de execução de delegação de competências, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, em articulação com o artigo 133.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por dizer que tinha sido possível alcançar um acordo com as Juntas de Freguesia de Mira, Carapelhos e Seixo. Quanto à Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que esperava que chegassem a um acordo com a brevidade possível. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente aos acordos de execução, disse que iriam ser transferidas para as Juntas de Freguesia as competências das vias, espaços, sarjetas e sumidouros e pequenas reparações nas escolas. Mais disse que tinham chegado a um valor de 0,12€ (doze cêntimos) por metro linear para a limpeza das vias e espaços públicos, após várias pesquisas e consultas em municípios vizinhos. Acrescentou que as medições e o levantamento também constavam no acordo.-----

-----Em relação às pequenas reparações nas escolas, disse que tinham feito um levantamento da área de construção e das áreas envolventes, tendo sido atribuído um valor a cada um dos fatores, tendo chegado aos valores que constavam no anexo.-----

-----Terminou a sua explicação mencionando que em todos os acordos constava também o quadro relativo às outras Juntas de Freguesia, para que cada um tivesse conhecimento do que se passava em relação às restantes.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que disse que iria assinar o acordo, não pelas vantagens que lhe trazia, porque não era possível sequer limpar as valetas com o dinheiro que iria ser transferido, e o mesmo se passava em relação à pequenas reparações nas escolas, mas porque entendia que não havia possibilidade para mais.-----

-----Alertou o Executivo para um problema em algumas sarjetas no Corticeiro de Baixo, nomeadamente de descarga de fossas sépticas para a rede de águas pluviais, em pelo menos quatro sarjetas muito profundas na Rua Principal. Face ao exposto, solicitou à Câmara Municipal que atuasse, através do serviço de fiscalização, uma vez que se tratava um problema de saúde pública.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que, relativamente aos acordos com as outras Juntas de Freguesia, disse que nada o incomodava, a não ser se algum dos critérios ali definidos viesse a colidir com o acordo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Mais disse, que apesar de não terem chegado a acordo, havia possibilidade de continuar com as negociações, que se mantinha em contacto com o Sr. Presidente da Câmara, que lhe tinha demonstrado total abertura para continuarem a dialogar. -----

-----Saudou o Sr. Presidente da Câmara relativamente à forma como o processo tinha sido conduzido, numa fase inicial, e disse que não tinha sido possível chegar a um entendimento, especialmente pela reunião de 17 de abril, na qual tinha sido apresentada a possibilidade da competência relativa às escolas primárias e vias, sumidouros e sarjetas passar para as Juntas de Freguesia. Mais disse, que, em relação às vias, deviam ser criados dois mapas distintos, pela realidade da Praia de Mira. -----

-----Quanto à primeira proposta, apresentada no dia 17 de abril, disse que consistia na transferência de competências, com o montante de 8.918,98€ (oito mil, novecentos e dezoito euros e noventa e oito cêntimos), enquanto que a Junta de Freguesia de Mira iria receber 44.426,11€ (quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis euros e onze cêntimos), o que daria uma percentagem de 71,09% para aquela freguesia. Mais disse que, na altura, lhe tinham dito que não olhasse muito para as percentagens, que eram competências muito específicas, a realidade era diferente e Mira, como tinha um número elevado de escolas, originava aquela discrepância. -----

-----Em relação ao critério das escolas, disse que concordava, mas que faltavam outras situações, específicas da Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Aquando da discussão das despesas correntes, disse que o Executivo tinha apresentado 40.000,00€ (quarenta mil euros) a dividir pelas 4 Juntas de Freguesia. Naquele caso disse que não concordava com os critérios, que eram



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o número de eleitores e de quilómetros de caminhos, que defendia dois critérios diferentes, como o número de eleitores e a área total da freguesia ou área total da freguesia sem perímetro florestal.-----

-----No dia 18 de abril, disse que lhe tinha sido apresentada uma alteração relativa à alínea b), do n.º 1, do artigo 132.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em relação à qual disse que já tinha feito chegar a sua posição ao Executivo. -----

-----Quanto à questão das competências partilhadas, disse que não teria que haver uma partilha de competências de forma “cega ou radical”, mas poderiam existir e que estava previsto na lei, como era o caso da sinalética. No mesmo sentido disse que em relação aos jardins muitas das intervenções teriam que ser feitas pela Junta de Freguesia, que tinha os meios humanos e convinha que fossem aproveitados e que, por muita vontade que o Executivo tivesse, os serviços de jardinagem da Câmara Municipal não seriam suficientes para fazer o trabalho em todo o concelho. -----

-----Terminou com a esperança de poderem chegar a um acordo, que teria de ser justo para a Freguesia da Praia de Mira. Mais disse, que apesar de, na última proposta terem sido alcançados valores mais vantajosos, andavam sempre nos 22% ou 23%, o que considerava manifestamente pouco.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que começou por enaltecer a forma como o processo tinha sido conduzido, numa postura de diálogo e abertura. -----

-----Disse que concordava, em parte, com o que o Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos tinha dito, nomeadamente quanto aos valores que iriam ser transferidos, mas também era verdade que a Junta de Freguesia do Seixo, tirando a questão das intervenções na escola, todas as outras sempre as tinha feito, portanto o que viesse era bom. -----

-----Disse ainda que, com todo o respeito pela população da Freguesia da Praia de Mira, lamentava o facto de não estarem a discutir um acordo para as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro Juntas de Freguesia. Mais disse que não sabia onde é que não havia abertura, se por parte da Câmara Municipal, se da Junta de Freguesia, se seria uma questão de recursos humanos, se era por alguma questão política, se seria por uma questão financeira. -----

-----Terminou com afirmação de que “*em política não pode valer tudo*”. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, começou por agradecer e saudar a forma como tinham decorrido as reuniões do Executivo com os Presidentes das Juntas de Freguesia e com os técnicos dos serviços. Mais disse que a primeira reunião tinha sido com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia e os técnicos dos serviços, que tinham debatido os critérios sempre de forma transparente. Na altura o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha ficado de apresentar um ou mais critérios alternativos e enviá-los para todos, o que não se tinha verificado.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que as conversações com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia tinham decorrido dentro da normalidade, apesar dos diferentes pontos de vista. -----

-----A questão que se colocava e o motivo pelo qual não tinham chegado a acordo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira prendia-se essencialmente com o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira considerar que tinha que existir uma diferenciação em relação às especificidades da Praia de Mira. Atendendo a isso, logo na primeira reunião de 17 de abril, tinha sido proposto que no critério da limpeza das vias de comunicação fossem consideradas todas as vias, com exceção das seguintes: Av. Arrais Baptista Cera, Rua Raul Brandão, Av. da Barrinha, Lago do Mar,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rua Furriel Miliciano Henrique da Costa, Rua Dr. Elísio de Moura, Av. Cidade de Coimbra e Av. Manuel Milheirão, consideradas as mais atingidas pela areia, no inverno, e com maior afluência de pessoas, no verão.-----

-----Após a primeira reunião tinham sido feitos ajustes à proposta inicial, com introdução de um valor superior para as vias referidas, num total de sete mil metros lineares, e tinham sido apresentadas duas propostas alternativas. Por dificuldade e demora na resposta não tinha sido possível incluí-la, juntamente com as restantes, para que fosse levada a reunião de Câmara e posteriormente apresentada naquela Assembleia Municipal.-----

-----Mais disse que era necessário ver a situação em termos globais, que se estava a transferir cerca de 100.000,00€ (cem mil euros) para as Juntas de Freguesia e estavam a falar de critérios objetivos e transparentes.-----

-----No mesmo sentido, deu como exemplo a Câmara de Coimbra que tinha transferido cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros) e sugeriu que se comparasse a dimensão do concelho de Coimbra com o de Mira.-----

-----Mais disse, que poderia saltar à vista naqueles valores o da Junta de Freguesia de Mira, mas que, se lessem atentamente os documentos, o que contribuía de forma significativa para o aumento do valor atribuído era o valor relativo às escolas, que eram oito naquela freguesia. Verificava-se o oposto em relação à Freguesia do Seixo, em que recebia menos que a dos Carapelhos, porque a área da escola dos Carapelhos era maior do que a do Seixo. -----

-----Quanto à partilha de competências, disse que certamente iria haver problemas nos jardins, por exemplo em relação à aplicação de produtos fito-sanitários, uma vez que os funcionários da Câmara tinham feito formação específica naquela área e os funcionários das Juntas de Freguesia não, portanto teria que haver mobilidade de pessoal para executar aquelas competências.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em relação às despesas correntes disse que tinham tido o cuidado de discutir com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a fixação de valores para aquele fim. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que disse que iria dar a palavra ao Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, mas que o ponto iria, de seguida, ser submetido a votação, uma vez que considerava que se estava a fugir do assunto em análise.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que, dirigindo-se ao Sr. Dr. Tiago Cruz, disse que nos termos da lei o acordo seria para o mandato, apesar de poder ser revisto no final de cada ano.-----

-----Quanto à afirmação de que “*em política não pode valer tudo*” disse que esperava que o comentário não fosse dirigido à sua pessoa, que a sua postura não ia naquele sentido, que tinha sido bastante digna e que o próprio Executivo o reconheceria. Mais disse que não andava na rua a falar sobre aquele acordo, mas sim nos sítios certos, na Assembleia Municipal, na Assembleia de Freguesia e nas reuniões com o Executivo e que, por outro lado, não estava a reivindicar nada para a freguesia que não fosse justo.-----

-----Mais disse que nem sequer estava preocupado se o montante definido no acordo final fosse inferior ao da última proposta, o que queria era que o acordo final trouxesse produtividade no trabalho.-----

-----Acrescentou que não lhe agradava nem a proposta relativa à alínea a), no valor de 3.000,00€ (três mil euros), nem a b), no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), que teria que haver uma terceira, porque seria fácil aceitar os 10.000,00€ (dez mil euros) e depois não ter capacidade para atuar no terreno.--

-----Relativamente à questão de partilha de competências, disse que a realidade é que os funcionários da Junta de Freguesia da Praia de Mira teriam que intervir, o que deveria ser contabilizado. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à reunião de 17 de abril, convocada na véspera, disse que lhe tinha sido apresentada a proposta dos 0,12€ (doze cêntimos) por metro linear, mas não tinha sido referida a questão do critério diferenciador, apenas apresentado na reunião do dia 18 de abril, feriado, seguido do fim de semana e da resposta que tinha enviado a 21 de abril. Por isso, também não entendia que tivesse havido qualquer demora ou falha da sua parte.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Prof. Artur Fresco, disse que a reunião que tinham tido em conjunto não tinha sido sobre os acordos, mas sobre a parte da despesa corrente. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** para esclarecer que os acordos que estavam em discussão eram para o mandato mas teriam uma análise anual. Acrescentou que havia critérios diferenciadores, que havia uma fase de negociação que ainda estava a decorrer e atitudes que nem sempre eram as mais corretas. -----

-----Terminou a sua intervenção com referência à introdução de um critério diferenciador na primeira reunião de 17 de abril, com a proposta de não inclusão das vias referidas. -----

-----VOTAÇÃO:-----

-----Submetido a votação, o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor, do MAR, do PS e do PSD, e uma abstenção do Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Não participaram na votação os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Mira, Seixo e Carapelhos, de acordo com o artigo 44.º do Código



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Procedimento Administrativo, conjugado com o n.º 6, do artigo 55.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**Declaração de voto:** -----

-----O Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) disse que, em nome do grupo municipal do PS, a posição tomada tinha sido votar os três acordos de execução, uma vez que satisfaziam as necessidades das respetivas freguesias. Em relação ao restante que tinha sido discutido, disse que tomariam a decisão na devida altura.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia.-----

----- **Ponto seis – Opção de venda da participação no capital social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S. A., no âmbito do processo de privatização da EGF.**-----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, de acordo com a informação apresentada, disse que o Governo iria proceder à privatização da EGF, detentora de 51% do capital da ERSUC, da qual o Município de Mira era acionista. Naquele âmbito, a Câmara Municipal tinha sido notificada para poder exercer o direito de opção de venda das 9.973 (nove mil novecentas e setenta e três) ações, correspondente a 0,587% do capital social.-----

-----Mais disse, que a participação naquela entidade tinha vindo a dar alguns dividendos e que não existia necessidade financeira de vender e perder a posição que tinha no referido sistema de resíduos sólidos, quer como cliente, quer como acionista.-----

-----Acrescentou que era um processo instável, em torno do qual havia muita confusão, pelo que o Executivo entendia que não se devia proceder à venda



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das referidas ações, e que, apesar de ser uma pequena participação, em conjunto com outros Municípios, poderiam ter uma palavra a dizer.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto** (MAR) que disse que se a Câmara tinha uma quota parte, se não dava despesa, antes pelo contrário, então que devia ser mantida, até para que no futuro pudessem exercer alguma pressão na forma de gestão, com as vantagens daí decorrentes.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que a Câmara Municipal tinha cerca de 100.000,00€ (cem mil euros) de participação e perguntou que posições tinham os outros Municípios que integravam o capital social da ERSUC.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que a maior parte dos Municípios concordava com a privatização, embora outros tivessem uma participação maior, mas por graves dificuldades financeiras, talvez optassem por vender. No geral a maior parte dos Municípios não iria exercer o direito de venda.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Submetido a votação, o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto sete da ordem do dia.-----

----- **Ponto sete – Tomada de conhecimento e de posição relativamente ao Relatório da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 2**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do artigo 35.º, em articulação com a alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que, como era do conhecimento geral, tinha decorrido uma inspeção no Município de Mira promovida pela Inspeção-Geral de Finanças e que a Câmara Municipal tinha sido notificada do respetivo relatório.-----

-----Mais disse que a referida inspeção tinha incidido sobre: contratação de pessoal, assunção de despesas públicas e recuperação de atraso nas pendências dos processos de contraordenação, entre outros aspetos.-----

-----Acrescentou ainda que a lei previa que o referido relatório fosse apresentado à Assembleia Municipal para tomada de conhecimento.-----

-----Quanto às recomendações que constavam no relatório, disse que tinham sido analisadas com atenção e que seriam para cumprir.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Pedro Nunes (PSD) que, relativamente ao Miravillas, perguntou se já tinha havido devolução das áreas indevidamente ocupadas por alguns residentes daquele aldeamento e se a Câmara tinha atuado coercivamente sobre alguém.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Sr. Pedro Nunes que tinha havido um acordo de restituição, mas que estava a ser elaborado um Plano de Pormenor e havia uma suspensão da referida situação. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que tinha apresentado uma proposta e que gostaria de saber se tinha sido aceite pela Mesa. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que a proposta seria analisada e posteriormente respondida. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não se registou nenhuma intervenção neste período. -----

-----ENCERRAMENTO -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)